



PONTO A PONTO

• ECONOMIA

52% dos brasileiros avaliam que a situação econômica do país está ruim, enquanto 36% a consideram boa e 13% a classificam como normal. Ao projetarem os próximos seis meses, 48% dos entrevistados afirmam que a economia deve melhorar, 39% esperam uma piora e 13% acreditam que o cenário permanecerá inalterado, segundo Pesquisa AtlasIntel/Bloomberg.

• GOVERNABILIDADE

52,3% dos brasileiros desaprovam o governo do presidente Lula (PT), enquanto 45,9% aprovam sua gestão. Outros 1,8% não souberam responder. Na avaliação do governo, 48,3% classificam a administração como "ruim" ou "péssima", 39,7% a consideram "boa" ou "ótima" e 12% a avaliam como "regular", segundo Levantamento AtlasIntel/Bloomberg.

• DÍVIDA

Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu 81,1% do PIB, o equivalente a cerca de R\$ 10,6 trilhões, maior patamar dos últimos cinco anos. Em comparação com o início do terceiro mandato do presidente Lula (PT), a dívida aumentou 9,4 pontos percentuais, passando de 71,7% para 81,1% do PIB. No mesmo período, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 56,1 bilhões em maio e déficit acumulado de R\$ 149 bilhões em 12 meses, equivalente a 1,14% do PIB, segundo dados do Tesouro Nacional e da IFI.

• EMPREGO

O Brasil criou 72.960 empregos formais, resultado de 2.207.303 admissões e 2.134.343 desligamentos. O saldo foi 52,3% inferior ao registrado em maio de 2025, quando foram abertas 153.108 vagas, e representou o pior resultado para o mês desde 2020. No acumulado de janeiro a maio, foram criados 767.326 postos de trabalho com carteira assinada, enquanto o estoque de empregos formais alcançou 47,9 milhões de vínculos, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (Novo Caged).

• INTERNET

90,5% dos brasileiros com 10 anos ou mais utilizaram a internet em 2025, o equivalente a 168,7 milhões de pessoas, maior percentual da série histórica iniciada em 2016 e a primeira vez que o indicador supera a marca de 90%. A pesquisa considerou uma população de 186,4 milhões de pessoas e apontou que o acesso à internet alcançou 91,5% nas áreas urbanas e 83% nas áreas rurais, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE.

PL ainda não conseguiu conter danos do conflito de Michelle e Flávio



Michelle e Flávio Bolsonaro (Foto: Wilton Junior/Estadão)

Michelle Bolsonaro decidiu deixar o comando do PL Mulher e, no mesmo movimento, passou a sinalizar que pode abandonar também a candidatura ao Senado pelo Distrito Federal. Há informações de que o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro tenta convencê-la a abrir mão da campanha. A decisão surpreendeu alguns dirigentes do

partido que tentam convencê-la a permanecer na disputa. Outros, mais ligados a Flávio, entendem como positivo o afastamento público de Michelle até que o conflito entre eles seja resolvido. Até o momento, a avaliação predominante é de que ainda existe espaço para reverter essa situação toda, razão pela qual o PL optou por não tratar o assunto como definitivo.

A ex-primeira-dama também se ausentou do encontro de mulheres conservadoras organizado por Flávio Bolsonaro nesta última quarta-feira, 03, apesar de ter sido convidada dias antes. Horas antes do evento, publicou um vídeo em que Anthony Garotinho afirma ter recebido imagens de uma festa promovida por Daniel Vercaro com políticos e mulheres nuas. Sem citar nomes, escreveu apenas que "a verdade de Jesus Cristo vai prevalecer", publicação interpretada por aliados como mais um recado em meio ao desgaste interno. Garotinho, logo depois, afirmou publicamente que Flávio não aparece nos materiais.

Enquanto Michelle se afasta, Flávio tenta reorganizar sua interlocução com o eleitorado feminino. Depois da reunião promovida pelo PL, almoçou com Daniella Marques e Cristiane Schmidt, economistas, cotadas para como possíveis vices na chapa. A aproximação é parte da estratégia de incorporar nomes técnicos e ampliar a presença de mulheres na construção da campanha.

Tudo isso ocorre em um momento em que pesquisas internas indicam a necessidade de reduzir a vantagem de Lula entre as mulheres. Além do conflito público com a madrasta, Flávio também precisou resolver uma crise gerada após o jornalista Paulo Figueiredo, aliado de Eduardo Bolsonaro, questionar a capacidade feminina de votar com qualidade. O entorno de Flávio considera esse eleitorado decisivo para a eleição de 2026 e trabalha para preencher rapidamente o espaço político deixado por Michelle, cuja participação na campanha ainda permanece indefinida e conter os danos das falas de Paulo.



TENDÊNCIA: Flávio anunciar quem será a candidata a vice em sua chapa nos próximos dias.

Pesquisa aponta favoritismo de Lula



Presidente Lula (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

A nova pesquisa AtlasIntel/Bloomberg, divulgada nesta semana, traz a disputa concentrada no segundo turno entre Lula e Flávio Bolsonaro, com favoritismo do atual presidente. No cenário de segundo turno, Lula aparece com 48,8% das intenções de voto, contra 42,3% do senador. Em abril, os dois estavam tecnicamente empatados na mesma pesquisa. Agora, a vantagem de Lula chega a 6,5 pontos percentuais, acima da margem de erro de um ponto.

A mudança ocorre após semanas marcadas pela escalada da crise comercial com os Estados Unidos, do vazamento dos áudios de Vorcaro e pelos desdobramentos da Operação Compliance Zero, que atingiu integrantes do núcleo político do governo. Lula manteve seu desempenho, enquanto Flávio perdeu parte do eleitorado que havia consolidado nos levantamentos anteriores. A pesquisa também mostra o presidente liderando todos os demais cenários de segundo turno testados pelo instituto com outros candidatos.

No primeiro turno, Lula também ampliou a vantagem. O petista registra 46,3% das intenções de voto, enquanto Flávio aparece com 36,6%. Os demais pré-candidatos seguem distantes: Renan Santos soma 7,8%, Ronaldo Caiado 2,9% e Romeu Zema 2%. O levantamento reforça a consolidação da polarização entre PT e PL, com pouca margem, até o momento, para candidaturas alternativas.

Outro dado chama atenção. Pela primeira vez na série Atlas/Bloomberg, 48,4% dos entrevistados afirmam ter mais receio de uma eventual eleição de Flávio Bolsonaro, enquanto 42,4% dizem temer a reeleição de Lula. O resultado sugere que, além da disputa por intenção de voto, a campanha tende a enfrentar uma batalha paralela para reduzir a rejeição e o voto motivado pelo medo do adversário.

TENDÊNCIA: Consolidação da disputa entre Lula e Flávio, ou possível candidato a substituí-lo. Por enquanto, apesar dos rumores de troca de candidato, o PL mantém a aposta de que Flávio conseguirá reverter as perdas recentemente registradas.

PSD define Kassab como vice de Caiado



Ronaldo Caiado e Gilberto Kassab (Foto: Reprodução/Assessoria de Ronaldo Caiado)

Ronaldo Caiado (PSD) decidiu encerrar antecipadamente as especulações sobre sua chapa e anunciou Gilberto Kassab, o presidente do partido, como pré-candidato a vice-presidente em sua chapa. A definição foi feita cerca de três semanas antes das convenções partidárias. Kassab continuará presidindo o PSD e seguirá conduzindo as negociações eleitorais da legenda nos estados durante a campanha.

A escolha preserva dentro do partido um dos principais ativos políticos de Caiado. Kassab não foi escolhido ao posto na chapa pelo potencial de transferência de votos, que é quase nula, mas pela influência enorme que exerce sobre prefeitos, governadores e bancadas estaduais. A expectativa do PSD é usar essa capilaridade para manter canais de negociação abertos ao longo da eleição.

O anúncio também revela as limitações enfrentadas pela pré-candidatura. Em vez de ampliar a coalizão com outra legenda, Caiado optou por uma chapa formada exclusivamente por integrantes do PSD, sinal de que as conversas para uma composição mais ampla ainda não produziram resultado.

Até aqui, a polarização entre Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) continua comprimindo o espaço para candidaturas de terceira via. Sem alianças nacionais de maior peso e ainda distante dos líderes nas pesquisas, Caiado aposta que a estrutura partidária construída por Kassab poderá ganhar valor conforme a campanha avance e o quadro eleitoral fique mais definido.



TENDÊNCIA: Não deve haver mudança significativa na intenção de votos, mas a entrada de Kassab fortalece a estrutura interna do PSD para ser um ativo importante aos candidatos do segundo turno que negociarem seu apoio.

EUA x Brasil: novos capítulos



Donald Trump e o presidente Lula (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) enviou uma carta pedindo formalmente ao Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) que adie para depois das eleições presidenciais a decisão sobre a tarifa adicional de 25% prevista para produtos brasileiros. Na carta, afirma que a medida, se adotada agora, acabaria favorecendo Lula eleitoralmente e poderia ser interpretada como uma tentativa de influência externa sobre o pleito. O senador também argumenta que a taxaço produziria prejuízos econômicos para ambos os países.

Ao justificar o pedido, Flávio mudou o foco do debate. Em vez de defender a manutenção da pressão americana, sustentou que o momento escolhido para uma eventual sanção comprometeria sua legitimidade. O documento foi divulgado publicamente e servirá de base para sua manifestação na audiência promovida pelo USTR, que discute os desdobramentos da investigação comercial aberta contra o Brasil.

Além de argumentar que a tarifa favoreceria eleitoralmente Lula, anexou pesquisas de opinião para sustentar que o endurecimento da política comercial americana coincidiu com a recuperação do presidente nas intenções de voto. A mensagem é clara, manter a medida antes da eleição produziria um efeito oposto ao desejado pelo governo Trump.

A carta também evita pedir o fim da pressão sobre o governo brasileiro. Flávio defende que eventuais sanções sejam direcionadas a autoridades específi-

cas, sem atingir exportadores e empresas dos dois países. No documento, ainda afirma que o Pix foi desenvolvido durante o governo Bolsonaro e propõe impedir sua integração com sistemas de pagamento chineses, numa tentativa de responder a uma das preocupações levantadas pelos Estados Unidos sem abrir mão da ferramenta brasileira.

Lula respondeu diretamente pelas redes sociais. Classificou a atuação da família Bolsonaro como “entreguista” e afirmou que recorrer a outro país para pressionar o governo brasileiro configura uma atitude de “traidores da pátria”. Nos bastidores, auxiliares do Planalto avaliam que a carta reforça a narrativa de que a oposição acabou vinculando sua imagem ao tarifaço, efeito que, na visão do governo, pode ser eleitoralmente desfavorável aos próprios autores da iniciativa.

O Itamaraty, por sua vez, manteve abertas as negociações com Washington. O governo entregou ao USTR uma proposta que prevê redução de tarifas em mais de 300 linhas tarifárias, buscando construir uma solução para a disputa sem incluir temas que considera inegociáveis, como o Pix e questões da política interna. A expectativa é que a decisão americana seja tomada após a conclusão das consultas conduzidas pelo órgão.



TENDÊNCIA: manutenção das tarifas pelo governo Trump.

Dívida Bruta atinge 81,1% do PIB e deve ganhar mais espaço na corrida eleitoral



Os presidenciáveis (Foto: Reprodução)

A dívida pública subiu 9,4 p.p de 2022 até maio de 2026, saindo de 71,7% para 81,1% do PIB. Segundo o Banco Central, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que reúne Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais, atingiu R\$ 10,6 trilhões em maio de 2026. Foi uma alta de 0,9 ponto percentual em relação a abril, puxada sobretudo pela apropriação de juros nominais (0,9 p.p.) e pelas emissões líquidas de dívida (0,4 p.p.). No acumulado do ano, o indicador avançou 2,4 pontos, com os juros nominais respondendo por 4,2 p.p. desse movimento.

O problema, contudo, não está apenas no nível, mas na dinâmica que o sustenta. Com a Selic em patamar elevado, os juros nominais do setor público consolidado somaram R\$ 1,111 trilhão nos doze meses até maio, o equivalente a 8,48% do PIB, ante 7,74% um ano antes. Enquanto o custo de rolagem cresce mais rápido que o PIB, a dívida tem encontrado terreno fértil para seu crescimento com as recentes decisões do governo. O déficit primário acumulado em doze meses, de R\$ 149 bilhões (1,14% do PIB), agrava o quadro, ainda que seja componente menor frente aos elevado patamar dos juros.

A dívida pública brasileira e principalmente sua trajetória importam porque o arcabouço fiscal, que substituiu o teto de gastos, organiza o fluxo de despesas, mas não garante a estabilização do estoque da dívida. Na prática, o país pode cumprir a regra e ainda assim ver a relação dívida/PIB crescer, como vem ocorrendo. A trajetória projetada reforça a preocupação: o Projeto de Lei Diretriz Orçamentária aponta pico em torno de 84% do PIB em 2028, enquanto a Instituição Fiscal Independente (IFI) projeta que, sem reformas estruturais, a dívida pode chegar

a 115% do PIB em 2036. Esse nível de endividamento é considerado extremamente elevado para uma economia emergente e coloca mais pressão sobre a política monetária.

A raiz do desequilíbrio, no entanto, é estrutural e de difícil solução no curto prazo. O peso crescente das despesas obrigatórias (Previdência, salários do funcionalismo, benefícios assistenciais e, a partir de 2027, a reincorporação integral dos precatórios à meta) comprime o já limitado espaço para investimento e pressiona negativamente o resultado primário. Some-se a isso o efeito de medidas recentes de renúncia, como a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, com custo estimado entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões anuais, cuja compensação ainda é incerta. É esse conjunto que sustenta a percepção de que o ajuste efetivo foi postergado.

Esse resultado fiscal preocupante traz um tom importante para a corrida eleitoral: quem vencer em outubro herdará decisões fiscais duras e cada vez mais inevitáveis, que afetam aposentadorias, salários públicos e benefícios. Apesar do pouco apelo popular, o tema tende a direcionar o debate econômico da campanha, pressionando os candidatos a apresentarem planos críveis de estabilização da dívida, especialmente para entidades setoriais e do mercado financeiro. O mercado, por sua vez, já precifica esse risco em juros longos elevados, câmbio volátil e prêmio de risco alto. Assim, o ano decisivo para a economia deixa de ser 2026, mas 2027, quando o novo governo precisará escolher entre enfrentar o estoque da dívida ou conviver com as consequências cada vez mais dolorosas de sua expansão contínua.

Agenda da semana no Congresso



Congresso Nacional (Foto: Reprodução)

A Câmara dos Deputados inicia a semana sem pauta deliberativa do Plenário definida. Até o fechamento desta edição, a reunião de líderes ainda não havia sido realizada, o que mantém em aberto os projetos que poderão ser levados ao Plenário. Enquanto a agenda de votações não é consolidada, predominam as sessões solenes previstas para homenagear o Dia do Pescador, o Dia Internacional do Cooperativismo, a Independência da Bahia, os 80 anos da Universidade Federal da Bahia, o Dia do Bombeiro e os 170 anos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, além dos 49 anos da Igreja Universal do Reino de Deus.

O principal tema econômico da agenda ficará concentrado na discussão sobre o novo enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI). A comissão especial responsável pela análise do PLP 108/2021 (MEI) promoverá seminários em São Paulo e Feira de Santana, enquanto a Comissão de Desenvolvimento Econômico realizará um terceiro debate em Cuiabá. As audiências buscam reunir contribuições do setor produtivo para subsidiar a elaboração do parecer.

Também está previsto o comparecimento da ministra da Cultura, Margareth Menezes, às comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira e Controle. A ministra deverá prestar esclarecimentos sobre ações e programas da pasta em uma das principais agendas políticas da Câmara nesta semana.

No Senado, a pauta deliberativa já está definida. Os senadores darão continuidade à tramitação da PEC que cria regras de aposentadoria diferenciada para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Também estão previstos o projeto que automatiza a transferência da pensão alimentícia e a proposta que endurece as penas para crimes sexuais contra crianças e adolescentes, incluindo condutas praticadas com o uso de inteligência artificial. A Casa ainda realizará sessões especiais em homenagem aos 200 anos da Biblioteca e do Arquivo do Senado Federal e aos 12 anos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Em destaque no Ranking

• ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA 2025

O **Ranking dos Políticos** lançou o Índice Legislativo de Liberdade Econômica 2025, estudo que analisa o impacto da produção legislativa federal sobre o ambiente econômico brasileiro. Desenvolvido em parceria com o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e com apoio do Fé & Trabalho, o levantamento avaliou 1.650 proposições legislativas por meio de uma metodologia baseada no índice do Fraser Institute e identificou que 55,3% das matérias analisadas restringem a liberdade econômica em ao menos uma de suas dimensões. O estudo completo está disponível no site do **Ranking dos Políticos**. [Clique aqui e confira!](#)

• O BRASIL PODE DAR CERTO!

O **Ranking** lançou o livro O Brasil pode dar certo durante o **Excelência Parlamentar 2026**, realizado em Brasília no dia 27 de maio. Na ocasião, entregamos exemplares do livro a todos os mais de 60 parlamentares premiados presentes no evento, ampliando a circulação institucional da publicação junto a lideranças relevantes do Congresso Nacional. O livro já está disponível no site do **Ranking dos Políticos**. [Clique aqui para acessar!](#)

PARLAMENTAR DA SEMANA



Deputado Maurício Marcon (PL-RS)

Maurício Bedin Marcon nasceu em 24 de janeiro de 1987 em Caxias do Sul (RS). Formou-se em Economia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e foi vereador em sua cidade antes de ser eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 2022. No Congresso, integra a diretoria da Frente Parlamentar do Ambiente de Negócios (FPN) e atua em pautas ligadas à liberdade econômica e à modernização das relações de trabalho.

Recebeu o **Prêmio Excelência Parlamentar** em 2023, 2025 e 2026 pelo **Ranking dos Políticos**.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

 Juan Carlos  Danylo Shimano
 Luan Sperandio  Daniel Galvêas
 Gabriel Jubran  Victor Ribeiro

Projeto Gráfico:

 Tamyres Meyer

Diagramação:

 Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
apoia.se/rankingdospoliticos

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
6º andar, Sala 18, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

DMOC



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

values
NEWS INTELLIGENCE



JUDIT